

O prêmio Pierre Verger da ABA após 20 anos: balanço e desafios da antropologia visual no Brasil¹

Paula Morgado Dias Lopes
Laboratório de Imagem e Som em Antropologia/USP

Em 1996 vimos o nascimento do prêmio Pierre Verger da Associação Brasileira de Antropologia. Em 2018, ele completou vinte e dois anos, com a realização de sua XII edição na categoria “Filme etnográfico” e a IX edição de “Ensaio fotográfico”. O prêmio nasce filmico (1996) e, pouco tempo depois (2002), premia também ensaios fotográficos. Desde 1998, tenho o privilégio de acompanhá-lo, como público, como participante e, a partir de 2012, como membra na sua organização por quatro edições consecutivas: como integrante do comitê de organização, como coordenadora do CAV (2013-2014) e por fim, como presidente (2017-2018). Esse trabalho permitiu conhecer as entranhas do prêmio e a sua relação com o amadurecimento do campo da antropologia audiovisual no Brasil, relação esta indissociável.

A cada edição, cresce o número de inscrições (na imensa maioria, brasileiros), espelhando o maior interesse pela antropologia no campo audiovisual. Em cada edição são selecionados entre 12 a 14 filmes e entre 5 a 10 ensaios fotográficos. Desde a sua criação tivemos mais ensaios inscritos do que filmes. Mas porque, então, selecionamos mais filmes se é maior o número de ensaios inscritos? De um lado, é preciso dizer que temos que nos adaptar às condições de produção do

¹ Texto originalmente apresentado na Mesa Redonda “Prêmio Pierre Verger: Imagem, visibilidade e internacionalização”, coordenada por Alexandre F. Câmara Vale na Reunião de Antropologia do Mercosul, UFRGS, Porto Alegre, em 24/07/2019.

prêmio, realizado no contexto da Reunião Brasileira de Antropologia, organizada bienalmente em uma Universidade brasileira, durante três dias com suas inúmeras atividades (Grupos de Trabalho, Mesas Redondas, Simpósios, Fóruns, Conferências, Oficinas e Minicursos). Nesse sentido, é possível selecionar até 10 ensaios fotográficos finalistas, os quais serão expostos na forma de uma exposição coletiva durante o congresso, sem o apoio de profissionais montadores, mas com apoio da comissão de organização do prêmio e comissão local da RBA, constituída por pesquisadores, alunos e professores. Já os filmes, por sua vez, por serem projetados numa sala de cinema, permite selecionarmos um número um pouco maior, porém que não ultrapasse 4 sessões de 3 horas. De outro lado, vale mencionar que as obras fílmicas, conquistaram, ao longo da existência do prêmio, uma maior maturidade, enquanto muitos ensaios inscritos ainda são textos ilustrados e não conjuntos de imagens com uma narrativa que, como os filmes, traduziria uma dada pesquisa antropológica.

Todavia, com o intuito de contemplar a oferta cada vez mais crescente na categoria de ensaios fotográficos e, em função do mérito das suas respectivas pesquisas, abrimos, desde 2010, uma sub-categoria de ensaios fotográficos, os quais são expostos digitalmente, sem concorrerem à premiação.

Ao longo dos últimos 20 anos, a logística do prêmio mobilizou um árduo trabalho de profissionais de nossa área, desde a seleção dos trabalhos para concorrerem à premiação, por meio da composição das comissões de organização e de júri, como também nas várias atividades que dele se desdobraram: exposições, mostra de

filmes, oficinas fotográficas com os autores finalistas, debates com os diretores e, por fim, mostras itinerantes.

Na última edição do Prêmio Pierre Verger, em dezembro de 2018, pela primeira vez, a mostra dos filmes antecedeu a abertura oficial dos demais trabalhos da RBA, o que permitiu atender uma demanda antiga dos participantes do congresso: de que a projeção dos filmes não concorresse com as demais atividades e que, portanto, os antropólogos envolvidos nos grupos de trabalhos, mesas, e fóruns pudessem também acompanhar o prêmio e vice-versa. Essa nova configuração foi um sucesso, manifesto pelas sessões cheias e feed backs positivos por parte dos diretores e público presente. Isso permitiu que durante o congresso fossem projetados unicamente os filmes premiados e realizado um debate em um único período com os diretores, permitindo o adensamento das discussões das obras.

Com o intuito de dar maior visibilidade à produção antropológica fílmica e fotográfica, em 2012, o comitê de antropologia visual abriu para as instituições acadêmicas brasileiras a possibilidade de acolher o prêmio na forma de mostras itinerantes dentro e fora dos muros das universidades. Com isso ampliou-se significativamente o debate dos caminhos trilhados pelas produções audiovisuais nos departamentos de antropologia e fora dela. O prêmio já circulou por 11 cidades brasileiras e, em 2019, começou a trilhar um percurso internacional, em Portugal, Guiné Bissau e França.

Vale lembrar que antropólogos estrangeiros de renome, em especial da França, Portugal, Argentina e México têm contribuído de forma valiosa nas atividades

programadas pelo Comitê de Antropologia Visual da ABA, nas comissões de júri e em atividades paralelas. Aos poucos, assim, de um âmbito nacional, o prêmio passou a integrar um circuito internacional, dando continuidade aos desafios da produção audiovisual antropológica brasileira e da antropologia como um todo.

Como isso se realizou?

Tal crescimento não se deu do dia para noite. A maturidade dos filmes resultou da maturidade alcançada na formação de pesquisadores no campo da antropologia audiovisual e, conseqüentemente, da sua produção em varios centros de pesquisa de antropologia ligados à imagem espalhados pelo Brasil². Hoje são cerca de 30 grupos e núcleos existentes, um número significativo quando pensamos na estrutura federativa do Brasil organizada em torno de 26 Estados. Tratam-se de grupos que emergem em 1992, 1994, 1995 e 2000, em especial no eixo sul do país, nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Paralelo ao movimento de constituição de tais grupos e núcleos, surgem também fóruns e festivais de filmes etnográficos. Também no início do século XXI, são criadas as primeiras revistas especializadas no campo e, ao longo dos primeiros quinze anos, seis delas se estabelecem: Revista Iluminuras (<http://seer.ufrgs.br/iluminuras>, UFRGS, 2000); Studium: <http://www.studium.iar.unicamp.br/> (UNICAMP, 2000); PROA - Revista de Antropologia e Arte (<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa> (UNICAMP, 2009); Cadernos de Arte e Antropologia: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/> (UFBA, 2014); Revista Antropológicas Visual : <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicasvisual/index> (UFPE, 2015); GIS -

² <https://cavantropologiavis.wixsite.com/cavaba/laboratorios-e-grupos>

Gesto, Imagem e Som: <http://www.revistas.usp.br/gis> (USP, 2015). O campo editorial é inaugurado pela revista *Cadernos de Antropologia e Imagem* (PPGCS/UERJ), que nasce em 1995 e perdura até 2007.

É nesse movimento de formação - graças aos grupos e núcleos de pesquisa-, de difusão – por meio das revistas - e de debates - promovidos por fóruns e inúmeros seminários - que criam-se as condições de produção das obras audiovisuais etnográficas.

Voltemos ao Prêmio Pierre Verger e o que as obras nos dizem. Em primeiro lugar, ao assistimos as obras finalistas, observamos as mesmas transformações sofridas da escrita etnográfica, especialmente após as críticas póscolonialistas, não poderiam deixar de incidir também nas obras audiovisuais. Sem abandonar o compromisso com a pesquisa, tais obras revelam uma maior liberdade de expressão. Outro fato que observamos é que se grande parte dos filmes (e dos ensaios) resultam de produções independentes, de baixo orçamento, nas últimas três edições do prêmio alguns trabalhos passam a ter apoio de editais (Etnodoc, Petrobras etc) e de instituições parceiras (Ongs, Associações ou mesmo canais de televisão). De um lado, porque as instituições universitárias não conseguem dar condições de produção a uma demanda cada vez mais crescente e, de outro, porque os antropólogos começam a trabalhar em parceria com outros profissionais, abrindo-se novas portas e novos formatos.

Evidentemente não podemos dispensar apoios estruturais da ABA que contribuíram igualmente para a maturidade das obras: o Comitê de Antropologia Visual (que

nasce do Grupo de Antropologia Visual da ABA, criado em 2000), com o aval da diretoria da ABA, tem sido um canal fundamental de construção das discussões no campo nas várias instituições acadêmicas. Vale lembrar que no mesmo ano da criação do prêmio na ABA, em 1996, na ANPOCS criava-se uma rede de pesquisadores para fortalecer a antropologia visual; um ano antes, em 1995, como já foi dito, nascia a primeira revista da área (Cadernos de Antropologia e Imagem – PPGCS/UERJ), e três anos antes da revista, em 1992, os primeiros laboratórios de antropologia visual: o LISA, em 1992, o NAI e o INARRA, na UERJ, em 1994 e a partir dos anos 2000 o surgimento de vários centros, NAVIS (UFRN, 2001), NAVI (UFAM, 2006), em 2009 o ARANDU (UFPE) e o BIEV/UFGRS³. Em suma, dão-se várias iniciativas acadêmicas que buscam criar espaços de legitimidade das obras audiovisuais ao lado das demais produções consolidadas na Antropologia.

Desde muito cedo, ao permitirmos na composição do júri do prêmio especialistas do cinema e fotografia somando-se aos antropólogos, a troca de olhares e expertises distintas permitiu a autocrítica permanente do campo da antropologia audiovisual. É consenso que o diálogo entre profissionais de áreas distintas que trabalham com imagem e som, os quais já conversam com a antropologia desde a sua constituição, beneficia fortemente a formação de profissionais em nossa área.

Em meados dos anos 1990, o prêmio nascia de uma demanda de um grupo de antropólogos que reivindicava a discussão dos novos trabalhos visuais em nosso campo dentro de uma relação simétrica com os demais trabalhos. Aos poucos, o

³ Artigo: Vinte anos do Banco de imagens e efeitos visuais. Mateus Cervo e Ana Luiza Rocha, 2019, vol.4, n.7, Revista Fotocronografias.

Prêmio Pierre Verger/ABA se transformou em um espelho importante da produção nacional nesse campo de conhecimento (alimentado pela explosão dos grupos e núcleos de pesquisa na área, de onde emergem grande parte, mas não apenas, as produções fílmicas, fotográficas e análises no campo da antropologia audiovisual).

Para onde estamos caminhando ou que prêmio queremos?

Como sabemos, a antropologia visual (ou audiovisual) não é uma disciplina, mas um campo da antropologia em um vasto leque de possibilidades de investigação, mas que tem a qualidade de potencializar questões teórica-metodológicas antropológicas, deflagrando, conforme o seu tempo, algumas reflexões.

Polêmicas como a do lugar do sujeito e do objeto na pesquisa, da subjetividade, da objetividade, do real, do ficcional, da alteridade, do trabalho de campo e da produção de conhecimento impulsionam há muito as discussões nas ciências sociais, e são exatamente elas que vêm à tona quando observamos, nos filmes de Rouch e em particular em *Crônicas*, as inovações técnicas e estéticas . Tudo isso teve, sem sombra de dúvida, um grande impacto sobre os métodos e práticas etnográficos, mas a obra de Jean Rouch deve ser compreendida a partir de sua inovação audiovisual no campo antropológico, realizando uma intersecção técnica e estética entre o filme etnográfico e o campo do cinema documentário de um modo geral,..."⁴.

Aqui eu ampliaria o que diz o autor acima sobre os filmes de Rouch para os filmes realizados no contexto antropológico. Infelizmente, vivemos uma amnésia sobre as bases da nossa disciplina, que nasce audiovisual e assim permanece: as anotações dos cadernos de campo sempre foram enriquecidas com alguma forma

⁴ Lessa, Rodrigo Oliveira, "O sentido da etnografia fílmica compartilhada de Jean Rouch em "Crônicas de um verão" IN *Cadernos de Arte e Antropologia* , vol. 3, n.1, 2014.

grafada visual ou oralmente, auxiliadas por desenhos, registros sonoros, fotográficos ou filmicos. Somente o registro escrito nunca deu conta de captar o invisível e o visível dos fenômenos culturais e, graças aos trabalhos acumulados particularmente nas últimas duas décadas, os chamados “antropólogos visuais” não precisam mais defender tal bandeira. Todavia, os filmes e demais trabalhos audiovisuais (que não são poucos) ainda são bem menos conhecidos do que a produção escrita antropológica e já não é sem tempo que isso seja revertido. Nesse sentido, o prêmio Pierre Verger desempenha um papel fundamental de articulador entre o que produzimos no interior da antropologia e o resto do mundo, buscando sensibilizar para além de nossos pares.

À guisa de conclusões

Como em qualquer trabalho antropológico, a densidade das produções no campo audiovisual depende diretamente da relação construída com os interlocutores da pesquisa. Fotografar, filmar, gravar sons de uma pessoa ou grupo, visando a construção de uma determinada etnografia, depende desta relação. Os finalistas do prêmio Pierre Verger espelham tal construção, alguns de forma mais densa, outras de forma mais iniciante, mas todos são impregnados por ela.

Não canso de responder a mesma pergunta que me é feita desde que trabalho no campo da antropologia audiovisual: “mas afinal, o que são filmes e ensaios etnográficos?”. E a resposta é simples: são obras audiovisuais feitas por antropólogos, com tudo o que isso implica em nosso trabalho antropológico: diálogo, pesquisa, comprometimento e cumplicidade. Os filmes etnográficos não configuram um gênero distinto, mas resultam deste quarteto. Em outras palavras,

são obras comprometidas, nas quais o papel da pesquisa antropológica e o diálogo com os interlocutores é peça fundante.

E volto ao prêmio. No edital de 2018, lemos que as obras inscritas devem traduzir a “produção de conhecimento, fruto do contato com a alteridade, a experiência etnográfica ela mesma, elementos fundamentais e específicos da prática antropológica que serão tomados como critérios na avaliação do mérito das produções”. Ora, para alguns, aceitar etnoficções, filmes em suas narrativas com animações descaracterisaria seu fundamento. Discordo. Os filmes e ensaios selecionados devem exclusivamente estar comprometidos com a experiência etnográfica, o que não é pouco.

Assim, como os textos antropológicos ganharam novos contornos ao borrarem fronteiras interdisciplinares, os filmes e ensaios também se apropriaram de recursos tecnológicos para compor sua narrativa. Algumas obras, por contarem com um orçamento robusto, graças ao apoio de televisões ou produtoras sólidas, poderiam representar uma ameaça e desviar o foco do prêmio. Mas, como mencionei, muitos pesquisadores trabalham em parceria com profissionais da imagem, são chamados a dar consultoria e, quando produzem seus filmes, nem sempre recebem apoio de seus departamentos (refiro-me às condições de infraestrutura, desde a captação até a edição). Como resultado, buscam financiamento externo (em editais de fomento, produtoras até televisões) e não acho que devam ser criticados por isso. Sabemos que a qualidade da narrativa estética na antropologia não está dada no apoio (certamente ele ajuda), mas em conseguir traduzir a pesquisa em um formato

audiovisual. Na última edição tivemos filmes com orçamentos significativos e não foram estes os premiados.

O mesmo comentário infeliz que, por décadas, escutei como etnóloga com relação às sociedades indígenas, aqui pode ser replicado: os povos indígenas, ao se apropriarem de códigos ocidentais, perderam sua identidade? Ainda existem "índios" no Brasil? Os antropólogos ao se servirem dos novos meios de comunicação, estabelecerem parcerias com profissionais da imagem, serem contemplados em editais, perderam também sua identidade? O que dizer das novas antropoesias? Não seriam obras etnográficas? É preciso decidir se queremos que o prêmio Pierre Verger caminhe em sintonia com as novas pesquisas antropológicas ou não, pois, caso contrário, o risco será grande dele perder o trem da antropologia audiovisual e não mais ser o retrato do percurso trilhado entre ciência e arte.